



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

De arquivos pessoais a patrimônios documentais: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.

Renato Crivelli Duarte/Maria Leandra Bizello

renatocrivelli@yahoo.com.br / mleandra23@marília.unesp.br

Marília, São Paulo, Brasil - 2011

Resumo

A UNESCO trabalha, entre outros objetivos, para a preservação do patrimônio histórico-cultural da humanidade, ao identificar, registrar, catalogar e nomear produtos do homem e da natureza, em diversos âmbitos. Um de seus projetos de preservação recebe o nome de Programa Memória do Mundo (MOW), que visa a identificação, proteção e nomeação de conjuntos documentais de interesse para a preservação da memória da humanidade. Presente em diversos países do mundo, o MOW ainda é responsável por trazer à luz um tema ainda não muito estudado, que diz respeito aos patrimônios documentais, sua constituição, características, conceitos, objetos e valores. No Brasil, dentre as nomeações realizadas pelo MOW, se destaca um fato interessante: grande parte dos conjuntos registrados constitui-se por acervos documentais de pessoas físicas, arquivos pessoais. Esta constatação nos abre margem para questionamentos do tipo: é possível a memória do Brasil ser representada pela documentação de um indivíduo? Como pode um acervo pessoal representar a memória e a identidade de uma nação? Esta pesquisa visa identificar, com base nos acervos pessoais nomeados, as características dos acervos pessoais de representação da memória coletiva e memória histórica, além da certa imagem da memória individual do titular do acervo.



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

1. Introdução

Esta pesquisa tem seu início com uma averiguação da realidade do universo arquivístico brasileiro. O Brasil participa do Programa Memória do Mundo (MOW), coordenado pela *United Nation for the Education, Science and Culture Organizations* (UNESCO), que tem por objetivo identificar, selecionar e nomear conjuntos documentais que sustentem interesse para a preservação da memória da humanidade. Como um país integrante, o Brasil realiza anualmente o processo de seleção dos acervos considerados de interesse para a preservação da memória nacional, que recebem, então, a nomeação de Patrimônios Documentais do Brasil. O fato que chama atenção, e gerador desta pesquisa, decorre da existência de acervos privados de pessoas físicas, arquivos pessoais, nesta relação de conjuntos nominados. Esta categoria de arquivos representa 1/3 dos acervos nominados. O que nos permite questionamentos sobre a potencialidade representativa dos acervos pessoais para a memória coletiva e memória histórica da nação.

Esta pesquisa se justifica, no campo científico, com a possibilidade de desenvolver o entendimento do termo “Patrimônio Documental”, utilizado mas ainda nebuloso e frágil em conceitos e

definições. Esta é uma oportunidade de aproximar a Arquivologia, bem como a Ciência da Informação, aos estudos do patrimônio histórico-cultural, e no campo social, com o entendimento do funcionamento das formas de representação da memória e da identidade nacional.

O problema da pesquisa se encontra em compreender o potencial memorialístico presente nos arquivos pessoais, ao ponto de contribuírem e representarem a memória e a identidade de uma nação.

Com esta premissa, o objetivo geral desta pesquisa é identificar a representatividade memorial e as características de arquivos pessoais como patrimônios documentais nacionais, a partir das nomeações realizadas pelo Programa Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.

2. Revisão bibliográfica.

Françoise Choay define patrimônio histórico com as seguintes palavras:

Patrimônio Histórico. A expressão designa um bem deixado ao usufruto de uma comunidade que ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-fair* dos seres humanos. (2001, p. 11)



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

A citação de Choay nos permite visualizar a amplitude tomada pelos patrimônios históricos no momento em que questionamos sobre esse “passado comum” que a autora faz referência. De acordo com exemplos apresentados na citação, vemos que todos se tratam de produtos da atividade humana, ou seja, o resultado das atividades realizadas pelos homens ao longo da vida, e mais que isso, ainda é cogitado os saberes dos homens, o que transporta o patrimônio para algo além da materialidade do produto da atividade humana e o insere no universo intangível da razão do ser humano, através de questões referentes ao como fazer, porque fazer.

Desta forma, podemos pensar o patrimônio material como uma forma de representação destes saberes/fazeres das culturas em seu formato tangível. Nesse sentido, Kojio vem dizer que “(...) o patrimônio é a materialização das identidades dos diversos grupos que compõem a sociedade, num determinado espaço.” (2009, p. 09).

A Constituição Brasileira de 1988 trata a respeito da proteção destes patrimônios histórico-culturais, em seus artigos 215 e 216, onde diz ser de responsabilidade da União a preservação e valorização destes bens e define o que entende por patrimônio cultural, respectivamente. Podemos encontrar nas

definições uma série de elementos da produção humana e natural, mas o fato relevante é que elenca-se a palavra “Documento” como um desses bens (BRASIL, 1988). Esta é a primeira vez que este elemento é inserido em legislações patrimoniais no Brasil. Esta inserção nos permite desenvolver a ideia de documentos enquanto um patrimônio, o que servirá como ponto de partida para trabalharmos a questão de uma linha preservacionista chamada de Patrimônios Documentais. No entanto, este termo pode se mostrar ainda mais complexo do que o próprio conceito de patrimônio histórico-cultural. Lage (2002, p. 15) diz que a conceituação de patrimônio documental pode ser mais complexa do que a própria conceituação dos elementos documento, informação e fonte histórica.

A autora propõe ser o patrimônio documental um complexo composto por estes três fatores relacionados, o que, dentro do contexto explicitado, faz necessário observarmos um conjunto documental também como uma fonte histórica, o que abrangerá quantidade significativa de objetos documentais, mas, para esta pesquisa, nos interessa os documentos pela ótica da arquivística.

Bellotto diz que:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações entre si. Surgem por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo, de provar, de testemunhar alguma coisa. (2004, p. 37)

Desta forma, pessoas também são produtoras de arquivos, acumulam documentos ao longo de suas atividades, mas vale questionar quando a autora diz que são feitos para justificar sua existência.

Para compreendermos esta questão, é necessário nos questionarmos sobre a constituição dos arquivos pessoais. Artières questiona e responde: “Pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, por o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas.” (1998, p 10)

Com isso, podemos notar que a origem de nossos arquivos pessoais está relacionada a uma obrigação social, onde normas vigentes nos exigem a entrega de documentos a fim de justificar quem somos, para nos afirmarmos enquanto cidadão, pessoas nascidas, vividas e, posteriormente, falecidas. Os documentos jurídicos estão presentes nos arquivos pessoais de qualquer indivíduo por conta desta injunção. “O

anormal é o sem-papéis.” (ARTIÈRES, 1998, p. 11, grifo do autor).

Alberca (apud CUNHA, 2007) vai além, e fala sobre a vida do ser social fracionada em três esferas, sendo a pública, a privada e a íntima, e que podem ser representadas em seus documentos.

Seguindo este pensamento, podemos visualizar sua representação documental da seguinte forma: os documentos públicos são constituídos pelo contexto da injunção social, já mencionada mais acima; os documentos presentes na esfera privada são os representantes de relações interpessoais sustentadas pelo titular ao longo de suas atividades, onde podemos citar, como principais representantes, as fotografias de família, de confraternizações, de viagens, cartões postais, artigos de interesse, diversos documentos coletados por interesse, além das correspondências, que se mostram como o artigo de maior interesse por pesquisadores da área; já na esfera íntima, encontramos os documentos produzidos de forma secreta, onde apenas o titular tem conhecimento, e que lhe serve como “porto-seguro”, ao ponto que é o local de desabafos e liberação de seu *self*, distante das exigências do convívio social, onde podemos



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

exemplificar com o aporte dos diários íntimos.

Esta estrutura de pessoal projetada nos arquivos permite ao titular um autoconhecimento, como diz Artières (1998, p. 21), “O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida.”

Entretanto, Duarte e Farias (2005, p. 34) lembram um fator relevante:

Eles representam sempre o vínculo pessoal que o titular mantém com o mundo. O sentido monumental/histórico do arquivo privado não é descoberto pelo profissional de arquivo. Ele se encontra presente no próprio ato intencional de acumular documentos. O arquivo passa a representar uma espécie de pirâmide. Guarda a memória do titular e a de seu tempo para as gerações futuras, podendo contar muito mais do que se imagina.

A ideia sustentada pelos autores pode ser justificada por Terry Cook (1998, p. 134) quando se refere ao contexto de produção dos documentos, decorrentes da orientação social contemporânea, onde as atividades não derivam de relações bilaterais, mas antes da relação entre diversas pessoas com várias atividades, diversas pessoas com diversas pessoas e várias atividades. Esta afirmação vem mostrar o indivíduo enquanto um ator ativo no desenvolvimento e estruturação da sociedade, o que o coloca junto a uma rede de comunicações, que se

materializará na forma de seu arquivo pessoal, e este tomará, então, a forma de “*meta-arquivos*”¹(FRAIZ, 1998, p.60).

Lage (2002, p. 35) dirá que este fator levará à construção de histórias espontâneas, e ultrapassar as dicotomias de micro/macro, público/privado, individual/coletivo.

Nesse sentido, a autora nos remete às histórias que são criadas de baixo para cima, ou seja, são criadas no micro e absorvidas pelo macro da sociedade. Lage ainda trata da constituição destas históricas como sendo desenvolvidas por “agentes locais” (2002, p. 37), que diz respeito aos indivíduos integrantes dos grupos sociais, e que, a partir deles, são estruturadas as informações de base que darão sustento às memórias coletivas de todo o grupo.

Maurice Halbwachs (1990, p. 36) vem defender a necessidade dos indivíduos na construção de memórias de grupos sociais, pelo simples fato de o grupo social ser uma instituição imaterial, e necessita de humanos que lembrem por ele. Desta forma, os integrantes do grupo agem como sensores cognitivos que estruturam e preservam a identidade e a memória do grupo.

¹ O termo *meta-arquivo* foi desenvolvido pela equipe responsável pela organização do arquivo pessoal de Gustavo Capanema. O objetivo ao criar a expressão foi apropriar-se do prefixo *meta* - “além”, “transcendência”, “reflexão crítica sobre”.



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

Deste modo, por considerarmos a relevância das memórias para a sustentação da coletividade, podemos entender a necessidade de serem preservadas estas memórias, e os patrimônios agem neste sentido, com vistas a viabilizar esta atividade coletiva de rememoração.

Nesse sentido, a *United Nation for the Education, Science and Culture Organization* (UNESCO), desenvolve diversos programas para a proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural ao redor de todo o mundo. Um destes programas é chamado Memória do Mundo (*Memory of World – MOW*), desenvolvido com vistas a identificar, preservar e nomear acervos documentais relevantes para a preservação das memórias da humanidade (EDMONDSON, 2002, p. 6).

Para que seus objetivos sejam efetivados, ele conta com diversos comitês nacionais, espalhados entre todos os países que o integram. Estes comitês são os responsáveis por identificar, em âmbito nacional, quais os acervos documentais que devem receber a titulação de patrimônio documental da nação. O Brasil é integrante do Programa, e conta com o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo (MOW-Brasil) desde 2004, porém, só foi oficializado em 2007,

quando efetivou a primeira nomeação de acervos ao título de patrimônio documental nacional. Até o final de 2010, o MOW-Brasil foi responsável por levar a termo quatro (4) editais de seleção de acervo (2007, 2008, 2009, 2010), que resultaram em 38 acervos nominados, sendo destes, 12 acervos documentais privados de pessoas físicas, o que corresponde a quase 1/3 das nomeações. Os acervos pessoais nominados são: Arquivo Getúlio Vargas, Arquivo Guimarães Rosa, Arquivo Oswaldo Cruz, Arquivo Machado de Assis, nomeados em 2007; Fundo Carlos Chagas, Arquivo Oscar Niemeyer, Arquivo Joaquim Nabuco, nomeados em 2008; Manuscritos Musicais de Carlos Gomes, Fundo Florestan Fernandes, Acervo Jesco Von Puttkamer, nomeados em 2009; Diários das Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo, Arquivo Tamandaré, nomeados em 2010.

Todos os acervos nominados com o Registro Memória do Mundo do Brasil são submetidos a rigorosa análise por parte do Comitê MOW-Brasil, que seguem normas estipuladas para a seleção estabelecidas pelas Diretrizes do Programa, e que é constituído por um grupo de renomados profissionais e pesquisadores envolvidos com temáticas de patrimônio, memória, identidade e documentação. Importante salientar que



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

esta pesquisa não tem por objetivo questionar, de qualquer modo, a autoridade do Comitê, mas antes, identificar qual o potencial representativo dos acervos pessoais nominados, e como eles são responsáveis por preservar a memória de uma nação nas proporções do Brasil.

3. Metodologia

A pesquisa é realizada a partir do levantamento teórico-bibliográfico sobre os temas centrais, arquivos pessoais e patrimônios documentais. São analisados, como estudo de caso, os arquivos pessoais nominados pelo Programa Memória do Mundo do Brasil, nos editais de 2007, 2008, 2009, 2010. Para a análise dos acervos, são utilizados os instrumentos de pesquisa, a fim de identificar elementos que os caracterizem como patrimônios, levantados a partir do estudo teórico-bibliográfico realizado.

4. Resultados e Discussão

Podemos notar que todos os nomes relacionados correspondem a pessoas que tem atuação de destaque no cenário de sua área. D. Pedro II e Getúlio Vargas (GV) foram políticos, do Império e da República, respectivamente, e cada um teve papel fundamental no andamento da sociedade brasileira e na construção da identidade nacional. O

acervo de GV contém informações referentes à política brasileira em seu momento mais delicado, o Estado Novo. Os diários de D. Pedro II retratam a visão do Imperador em suas viagens pelo país, com textos e gravuras.

Oswaldo Cruz (OC) e Carlos Chagas (CC) foram médicos infectologistas e desenvolveram pesquisas relativas à saúde pública que garantiram o controle de epidemias supostamente incontroláveis. Os médicos trabalhavam juntos e seus acervos se complementam, de modo que podem demonstrar um mapa da saúde pública em todo o Brasil no final do século XIX e início do XX.

Guimarães Rosa (GR) e Machado de Assis (MA) foram dois dos mais importantes escritores do Brasil, cada um a seu tempo. GR nasceu em 1908, mesmo ano em que MA faleceu. MA foi o fundador e presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), grupo ao qual GR ingressa em 1963. Ambos registram em suas obras literárias o interior do Brasil, com personagens interioranos, gente simples e do sertão. O acervo de MA se mostra mais colonial, por ter vivido nos tempos de Império, registra a mudança para a República, a criação da ABL, um dos órgãos mais respeitados no país, enquanto GR viajava pelo interior do país registrando o cotidiano dos sertões e



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

do povo brasileiro, em busca de inspiração para suas obras, além, claro, de ambos os acervos conterem os originais manuscritos de suas obras.

Joaquim Nabuco (JN) era amigo de MA e o acompanhou na fundação da ABL, órgão do qual também foi integrante. JN dedicou suas atividades à abolição. Não achava justo homens-senhores e homens-escravos, e queria ver o fim desta sociedade de castas. Dedicou seu trabalho e sua produção a este objetivo, através de diversas formas de manifestação. Além disso, tinha o grande interesse de registrar e preservar toda a ação da sociedade do final do século XIX, com o objetivo mesmo de mostrar para gerações futuras como se comportava a sociedade da época. Seu acervo pessoal compreende, possivelmente, o mais completo contexto da sociedade escravocrata brasileira, a batalha para o fim desta situação e o início de uma nova sociedade livre.

Carlos Gomes (CG), músico admirado internacionalmente, compôs diversas óperas apresentadas em vários países da Europa. Tem como principal obra "O Guarani", baseada no romance de José de Alencar, que leva o mesmo nome. Suas obras são inspiradas nas características brasileiras. Os manuscritos de suas óperas retratam a comunidade brasileira da segunda

metade do século XIX em forma musical, e foi responsável por apresentar esta cultura às comunidades européias.

Florestan Fernandes (FF), grande literato das ciências sociais no Brasil. Publicou, em sua carreira acadêmica, mais de 50 livros, mais 100 artigos, lecionou da Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Brasil, Universidade de Columbia e Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e na Universidade de Toronto, no Canadá. Foi responsável por mostrar à comunidade acadêmica a sociologia brasileira e escreveu diversos títulos que são leitura obrigatória em qualquer curso de Sociologia no Brasil. Seu acervo registra a produção destas obras, a crítica realizada pelo autor no convívio social, e retrata como se dava a educação pública no Brasil na segunda metade do século XX.

Jesco Von Puttkamer (JVP) participou de grandes expedições realizadas no Brasil. Entre os anos 1940 e 1980, acompanhou os Irmãos Villas-Bôas em suas expedições pela Amazônia, com o objetivo de identificar e registrar tribos indígenas. JVP foi convidado a participar da expedição com o objetivo de registrar em audiovisual a expedição. Seu acervo com milhares de imagens e filmes que registram mais de 60 tribos indígenas do Brasil, das quais,



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

muitas não são existentes, outras, deixaram seus costumes tradicionais em devoção à modernidade. Este acervo é o único registro delas.

Almirante Tamandaré (AT) é considerado o patrono da Marinha de Guerra do Brasil. Por sua grande devoção ao Império português no Brasil, foi agraciado com diversos títulos de nobreza. Seu acervo registra esta proximidade com a Coroa, e registra como se dava o funcionamento da Marinha de Guerra no século XIX, através de correspondências, diários, entre outros registros.

Oscar Niemeyer (ON) é o único titular que teve seus arquivos nominados no Registro ainda em vida. ON é um arquiteto reconhecido internacionalmente, que quebrou com paradigmas estéticos da construção civil. Tem como trabalho de destaque, ao lado de Lúcio Costa, a construção da cidade de Brasília, atual capital brasileira e primeira construção moderna a receber o título de Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO. Seu acervo registra mais de um século de atividades relacionadas à arquitetura e desenvolvimento civil, com o registro de suas obras, que se tornaram marcos no ramo de atuação do titular.

5. Conclusões e Recomendações

A análise dos acervos registrados mostra indivíduos que agiram, ao longo de suas atividades, de forma a contribuir, de alguma maneira, com a identidade e o desenvolvimento da nação brasileira. Todos representam em seus acervos, um pedaço da cultura brasileira, da política à música, da antropologia à arquitetura, da medicina à literatura, estas áreas nos trouxeram pessoas preocupadas em registrar a sociedade de forma que estas imagens permaneçam no tempo e na memória, não apenas de brasileiros. Estes nomes representaram suas áreas em seus tempos de atividade, e agora representam o Brasil através do legado que deixam. As pessoas não vivem isoladas, mas antes, existe um compartilhamento entre o indivíduo e a sociedade, de onde surgirá uma relação de mútua troca, onde o indivíduo se beneficia da sociedade e a sociedade se beneficia do indivíduo.

Como vimos no início do trabalho, os patrimônios tem por objetivo preservar as obras, os saberes e os fazeres do homem, para, com isso, preservar sua identidade, ao ponto que um patrimônio é a identidade do grupo materializada. Os acervos destes nomes nos mostram mais do que apenas as obras, os saberes e os fazeres dos homens, mas nos mostram a



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

cultura nacional, cada um a seu tempo, nos mostram os povos que já passaram por estas terras, e também contribuíram com a formação da identidade e a preservação da memória do Brasil.

O trabalho se desenvolveu de forma que respondesse a proposta inicial, e indo ao encontro da premissa inicial de representatividade memorial dos arquivos pessoais. A ausência de trabalhos anteriores com temáticas voltadas ao patrimônio documental no Brasil se mostrou como uma complicação para o desenvolvimento do referencial teórico deste trabalho.

6. Referencias bibliográficas

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 09-34.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado Federal, 1988

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 129-149.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro. **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, V.3, n.1, 2007

DUARTE, Zeny, FARIAS, Lúcio. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho**: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: ICI, 2005.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**: Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion/informacion/mdm.pdf>> Acesso em: 13 Fevereiro 2011.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n21, 1998, p. 59-87.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

KOJIO, Nádia Csoknyai Del Monte. **Políticas públicas de patrimônio em São José dos Campos**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2009. 195p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, 2009.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental**: Territórios, Práticas e Desafios. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4)